

19/12/2008

TRIBUNAL PLENO

HABEAS CORPUS 95.277-1 MATO GROSSO DO SUL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACIENTE(S) : LUCIANA MOREIRA SCHENK
PACIENTE(S) : ANTONIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS
IMPETRANTE(S) : CONAMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S) (ES) : COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS - CPI DO SISTEMA CARCERÁRIO

EMENTA: HABEAS CORPUS. ATO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EXTINTA. PREJUDICIALIDADE DA PRESENTE AÇÃO. INEXISTÊNCIA DE ABUSO DE PODER NO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. É firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que a extinção da Comissão Parlamentar de Inquérito prejudica o conhecimento do *habeas corpus* impetrado contra as eventuais ilegalidades de seu relatório final, notadamente por não mais existir legitimidade passiva do órgão impetrado. Precedentes.

2. O encaminhamento do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a qualificação das condutas imputáveis às autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função, para que o Ministério Público ou as Corregedorias competentes promovam a responsabilidade civil, criminal ou administrativa, não constitui indiciamento, o que é vedado linha da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal.

3. *Habeas corpus* não conhecido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria, em **não conhecer do pedido de *habeas corpus***, vencido o Ministro Marco Aurélio, que dele conhecia e o indeferia. Não votaram os Ministros Joaquim Barbosa e Eros Grau por não terem assistido



HC 95.277 / MS

ao relatório. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Ministro Cezar Peluso.

Brasília, 19 de dezembro de 2008.

Carmen Lucia Antunes Costa
CARMEN LÚCIA - Relatora

19/12/2008

TRIBUNAL PLENO

HABEAS CORPUS 95.277-1 MATO GROSSO DO SUL

RELATORA : **MIN. CÂRMEN LÚCIA**
PACIENTE(S) : LUCIANA MOREIRA SCHENK
PACIENTE(S) : ANTONIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS
IMPETRANTE(S) : CONAMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S) (ES) : COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS - CPI DO SISTEMA CARCERÁRIO

R E L A T Ó R I O**A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. *Habeas corpus* preventivo, com pedido de liminar, impetrado em 8 de julho de 2008, pela CONAMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO e OUTRO em favor de LUCIANA MOREIRA SCHENK e ANTONIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS, Promotores de Justiça titulares da 1ª e 2ª Varas de Execução Penal da Comarca de Campo Grande/MS, respectivamente, contra ato da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados - CPI do Sistema Carcerário.

2. Em 17 de julho de 2008, ao determinar a intimação da Impetrante para que se manifestasse quanto ao interesse no prosseguimento da presente ação, o Presidente do Supremo Tribunal, Ministro Gilmar Mendes (Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, art. 13, inc. VIII), expôs o caso nos termos seguintes:

"(...) Cuida-se de *habeas corpus* preventivo impetrado por CONAMP - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e Associação Sul-Mato-Grossense em favor de Luciana Moreira Schenk e Antonio André David Medeiros, visando obstar ato da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados relativa ao Sistema Carcerário.

O ato atacado consiste na possibilidade de seus indiciamentos, por suposta infração aos arts. 132, 136 e 320, todos do Código Penal, segundo proposto no relatório final, da lavra do Relator, Deputado Federal Domingos Dutra, e que seria levado à votação dos membros da CPI no dia 8 de julho de 2008, às 11h00 d

HC 95.277 / MS

Afirmam os Impetrantes que os pacientes são Promotores de Justiça, sendo que a CPI não tem poder para indiciá-los, ante a prerrogativa disposta no art. 41, II, Parágrafo único, da Lei nº 8.625/93, consistente em reservar ao Procurador-Geral de Justiça a competência para investigação de crime cometido por membro do Ministério Público.

De outro lado, arrolam argumentos indicativos de falta de justa causa para o ato de indiciamento, afirmando, ainda, não haver irregularidades em suas condutas.

Requerem liminar e final concessão de ordem que impeça seus indiciamentos.

Passo a decidir.

Nos autos do HC nº 95.259, impetrado em favor dos Juizes de Direito Francisco Gerardo de Souza e Vitor Luiz de Oliveira Guilbo, deferi liminar com os seguintes fundamentos:

Segundo o disposto no art. 58, §3º, da Constituição Federal, 'As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.'.

No âmbito da Câmara dos Deputados, as comissões parlamentares de inquérito são regidas pelos arts. 35 e seguintes do respectivo Regimento Interno, deixando claro seu art. 37 os objetivos e alcance do Relatório, conquanto ato culminante de seus trabalhos:

'Art. 37. Ao termo dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no Diário da Câmara dos Deputados e encaminhado:

I - à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, ou indicação, que será incluída em Ordem do Dia dentro de cinco sessões;

II - ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, com a cópia da documentação, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes do art. 37, §§ 2º a 6º, da Constituição Federal, e demais dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu IV - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

HC 95.277 / MS

V - à Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, e ao Tribunal de Contas da União, para as providências previstas no art. 71 da mesma Carta.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II, III e V, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo de cinco sessões.'.

Conceitualmente, e embora não previsto na lei processual penal, o ato de "indiciamento" representa providência administrativa típica de autoridade policial, servindo ao destaque do provável autor do ilícito investigado e formalizando-se pela identificação e apuração de sua vida pregressa.

Observado que à CPI são atribuídos iguais poderes investigatórios da autoridade judiciária, resulta inafastável que, assim como esta, também se encontra sujeita a determinados limites, dentre os quais a observância ao foro por prerrogativa de função que assiste aos magistrados, segundo a base dada pelo art. 96, III, da Constituição Federal, nestes termos:

'Art. 96. Compete privativamente:

(...).

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.'

Especificamente no que toca à investigação, esclarece o art. 33, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 35/79:

'Art. 33. São prerrogativas do Magistrado:

(...).

Parágrafo único. Quanto, no curso de investigação, houver indício da prática de crime por parte do magistrado, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá os respectivos autos ao Tribunal ou Órgão Especial competente para o julgamento, a fim de que prossiga na investigação.'.

Resulta inafastável a seguinte conclusão: ainda que constatada pela CPI a possível prática de ilícito penal por parte de magistrado, poderá aquela, tão somente, encaminhar os respectivos autos ao Tribunal a que vinculado, sendo-lhe vedado o ato de formal indiciamento, por privativo do órgão competente para o julgamento.

Embora tratando da matéria sob o enfoque da prerrogativa de foro que assiste aos parlamentares, nisso nulificando indiciamentos levados a efeito pela Polícia Federal, já decidiu esta Corte, em julgamento por mim relatado:

'EMENTA: Questão de Ordem em Inquérito. 1. Trata-se de questão de ordem suscitada pela defesa de Senador da República, em sede de inquérito originário promovido pelo Ministério Público Federal (MPF), para que o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) defina a

legitimidade, ou não, da instauração do inquérito e do indiciamento realizado diretamente pela Polícia Federal (PF). 2. Apuração do envolvimento do parlamentar quanto à ocorrência das supostas práticas delituosas sob investigação na denominada 'Operação Sanguessuga'. 3. Antes da intimação para prestar depoimento sobre os fatos objeto deste inquérito, o Senador foi previamente indiciado por ato da autoridade policial encarregada do cumprimento da diligência. 4. Considerações doutrinárias e jurisprudenciais acerca do tema da instauração de inquéritos em geral e dos inquéritos originários de competência do STF: i) a jurisprudência do STF é pacífica no sentido de que, nos inquéritos policiais em geral, não cabe a juiz ou a Tribunal investigar, de ofício, o titular de prerrogativa de foro; ii) qualquer pessoa que, na condição exclusiva de cidadão, apresente 'notitia criminis', diretamente a este Tribunal é parte manifestamente ilegítima para a formulação de pedido de recebimento de denúncia para a apuração de crimes de ação penal pública incondicionada. Precedentes: INQ no 149/DF, Rel. Min. Rafael Mayer, Pleno, DJ 27.10.1983; INQ (AgR) no 1.793/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Pleno, maioria, DJ 14.6.2002; PET - AgR - ED no 1.104/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, Pleno, DJ 23.5.2003; PET no 1.954/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, Pleno, maioria, DJ 1º.8.2003; PET (AgR) no 2.805/DF, Rel. Min. Nelson Jobim, Pleno, maioria, DJ 27.2.2004; PET no 3.248/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, decisão monocrática, DJ 23.11.2004; INQ no 2.285/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJ 13.3.2006 e PET (AgR) no 2.998/MG, 2ª Turma, unânime, DJ 6.11.2006; iii) diferenças entre a regra geral, o inquérito policial disciplinado no Código de Processo Penal e o inquérito originário de competência do STF regido pelo art. 102, I, b, da CF e pelo RI/STF. A prerrogativa de foro é uma garantia voltada não exatamente para os interesses dos titulares de cargos relevantes, mas, sobretudo, para a própria regularidade das instituições. Se a Constituição estabelece que os agentes políticos respondem, por crime comum, perante o STF (CF, art. 102, I, b), não há razão constitucional plausível para que as atividades diretamente relacionadas à supervisão judicial (abertura de procedimento investigatório) sejam retiradas do controle judicial do STF. A iniciativa do procedimento investigatório deve ser confiada ao MPF contando com a supervisão do Ministro-Relator do STF. 5. A Polícia Federal não está autorizada a abrir de ofício inquérito policial para apurar a conduta de parlamentares federais ou do próprio Presidente da República (no caso do STF). No exercício de competência penal originária do STF (CF, art. 102, I, 'b' c/c Lei nº 8.038/1990, art. 2º e RI/STF, arts. 230 a 234), a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada

HC 95.277 / MS

durante toda a tramitação das investigações desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo **dominus litis**. 6. Questão de ordem resolvida no sentido de anular o ato formal de indiciamento promovido pela autoridade policial em face do parlamentar investigado.' (Inq-QO nº 2.411/MT, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 25.04.2008).

Note-se: assim como, à Polícia Federal não é dado proceder ao indiciamento de Senador da República, ante a competência única do Supremo Tribunal Federal para o inquérito, processo e julgamento, tampouco poderia a CPI, no exercício dos poderes investigatórios típicos de autoridade judicial, indiciar Juizes de Direito, pois, quanto a estes, a competência privativa para tanto pertence, no caso, ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Se não bastasse, constata-se que o Relatório a ser levado à votação pelos membros da CPI cuida de atribuir aos Impetrantes/Pacientes a prática de supostos delitos resultantes do exercício de sua típica atividade jurisdicional, em possível afronta ao Princípio da Separação dos Poderes, sobre isso sendo pacífica a Jurisprudência desta Corte:

'MANDADO DE SEGURANÇA. CPI DOS BINGOS. ATO JURISDICIONAL. SEPARAÇÃO DE PODERES.

1. O acerto ou o desacerto da concessão de liminar em mandado de segurança, por traduzir ato jurisdicional, não pode ser examinado no âmbito do Legislativo, diante do princípio da separação de poderes. O próprio Regimento Interno do Senado não admite CPI sobre matéria pertinente às atribuições do Poder Judiciário (art. 146, II).

2. Segurança deferida.' (MS 25.510, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 16.6.2006).

'Assim, não existe óbice para o comparecimento da paciente perante a Comissão. Isso porque a CPI não está a investigar qualquer ato pertinente à jurisdição do Poder Judiciário. Não há prova de que ela busque investigar decisão judicial da paciente. A só convocação para depor não caracteriza ameaça à liberdade ou ofensa ao princípio da independência dos poderes. Precedente: HC 80.584, Néri da Silveira. Os pressupostos legais para ensejar a concessão de salvo conduto estão ausentes. Indefiro o pedido de liminar. Entretanto, de ofício, asseguro à paciente o direito ao silêncio sobre decisões que haja proferido. Da mesma forma, poderá permanecer em silêncio frente a eventuais questionamentos sobre decisões de outros juizes.' (HC-MC 83.438, Rel. Min. Nelson Jobim, decisão monocrática, DJ de 28.8.2003).

'EMENTA: HABEAS-CORPUS. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. CONVOCAÇÃO DE MAGISTRADO PARA PRESTAR

HC 95.277 / MS

DEPOIMENTO EM FACE DE DECISÕES JUDICIAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO.

1. Configura constrangimento ilegal, com evidente ofensa ao princípio da separação dos Poderes, a convocação de magistrado a fim de que preste depoimento em razão de decisões de conteúdo jurisdicional atinentes ao fato investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Precedentes.

2. **Habeas-corpus** deferido.' (HC 80.539, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 1º.8.2003).

'EMENTA: Comissão Parlamentar de Inquérito. Não se mostra admissível para investigação pertinente às atribuições do Poder Judiciário, relativas a procedimento judicial compreendido na sua atividade-fim (processo de inventário). Art. 1º da Constituição e art. 146, b, do Regimento Interno do Senado Federal. Pedido de habeas corpus deferido, para que não seja o magistrado submetido à obrigação de prestar depoimento.' (HC 79.441, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 6.10.2000).

'EMENTA: **HABEAS CORPUS PREVENTIVO. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. CONVOCAÇÃO DE JUIZ. PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DOS PODERES.** Convocação de Juiz para depor em CPI da Câmara dos Deputados sobre decisão judicial, caracteriza indevida ingerência de um poder em outro. **Habeas** deferido.' (HC 80.089, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ 29.9.2000).

Pelo exposto, defiro a liminar, determinando à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados abstenha-se de proceder ao indiciamento dos Juizes de Direito Francisco Gerardo de Souza e de Vitor Luis de Oliveira Guilbo.

Considerando a notícia de que, quando do cumprimento da referida liminar, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário decidiu por não efetuar indiciamentos, a isso somando-se o fato de que o presente **habeas corpus** foi protocolizado nesta Corte no dia 8 de julho de 2008, às 13h20, depois, portanto, de iniciada a Sessão de votação do relatório, manifestem-se os impetrantes quando ao interesse no prosseguimento do writ (...)" (fls. 810-815).

3. Em 14 de agosto de 2008, os Impetrantes manifestaram-se pelo prosseguimento do feito e sustentaram que o "(...) relatório aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário apenas substituiu a palavra 'indiciar' por 'responsabilizar' os pacientes, imputando-lhes crimes - o que é incabível -, e tendo em vista que o pedido do writ é diverso, no sentido de excluir os nomes destes do aludido relatório, permanece[ria] o interesse processual na ordem pleiteada (...)".

HC 95.277 / MS

4. Indeferi a liminar requerida (fls. 820-827) e requisitei, então, informações ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, autoridade havida como coatora.

Em 29.9.2008, a Secretaria certificou não terem sido recebidas as informações solicitadas (fl. 841).

5. O parecer da Procuradoria-Geral da República é no sentido do "não-conhecimento do presente habeas corpus e, no mérito, pela denegação da ordem" (fls. 843-845).

É o relatório *df*

HC 95.277 / MSV O T O**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Não se comprova, nos autos, a presença de constrangimento ilegal a ferir direito dos Pacientes nem ilegalidade ou abuso de poder a ensejar a concessão - e sequer o conhecimento - da presente ordem de *habeas corpus*.

O pedido formulado na impetração é, expressamente, para, "...colhendo-se o parecer da Procuradoria da República, seja concedida, definitivamente, a ordem para o trancamento definitivo, frente a incompetência da CPI para indiciar os pacientes LUCIANA MOREIRA SCHENK e ANTÔNIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS, afastando, definitivamente, os nomes dos pacientes como indiciados no aludido relatório" (fl. 12).

Como realçado pelo eminente Ministro Presidente, quando se deu despacho inicial, no momento da impetração já havia "a notícia de que, quando do cumprimento da referida liminar, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário decidiu por não efetuar indiciamentos, a isso somando-se o fato de que o presente *habeas corpus* foi protocolizado nesta Corte no dia 8 de julho de 2008, às 13h20, depois, portanto, de iniciada a Sessão de votação do relatório", pelo que o pedido, aqui, já não tinha sequer como ser conhecido.

2. Esta a jurisprudência pacificada no Supremo Tribunal, como se pode verificar, por exemplo, na Questão de Ordem no Mandado de Segurança n. 23.852, Relator o eminente Ministro Celso de Mello, no qual ficou consignado que a "(...) jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende prejudicadas as ações de mandado de segurança e de *habeas corpus*, sempre que - impetrados tais writs constitucionais contra Comissões Parlamentares de Inquérito - vierem estas a extinguir-se, em virtude da conclusão de seus trabalhos investigatórios, independentemente da aprovação, ou não, de seu relatório final (...)" (DJ 24.8.2001). *J*

HC 95.277 / MS

3. Consolidada é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a extinção da Comissão Parlamentar de Inquérito prejudica, inexoravelmente, o *habeas corpus* impetrado contra seus atos, notadamente por "(...) não mais existir legitimidade passiva do órgão impetrado (...)" (MS 21.872, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ 17.3.2000).

Nesse sentido, entre outros, os *Habeas Corpus* ns. 80.158, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 2.3.2001; e 79.244, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 24.3.2000; e os Mandados de Segurança ns. 26.024-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 13.4.2007; 24.183, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ 11.10.2002; 24.019, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 27.5.2002; 24.103, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ 7.3.2002; 24.022, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 8.2.2002; 23.926, Rel. Min. Ellen Gracie, 31.10.2001; MS 23.971-QO, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 24.8.2001; 23.466, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 6.4.2001; 23.709-AgR, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 29.9.2000; 23.491, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 19.9.2000; 23.480, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 15.9.2000; 23.465, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 16.6.2000; 23.465, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 15.5.2000; e 21.872, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ 17.3.2000.

4. Os precedentes mencionados referem-se aos mais variados tipos de constrangimentos ilegais que se poderiam imputar às comissões parlamentares de inquérito, sendo de especial relevo, pois substancialmente análogo ao caso dos autos, o Agravo Regimental no Mandado de Segurança n. 25.992, no qual a Primeira Turma reafirmou o entendimento consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal e enfatizou, inclusive, que a perda do objeto atinge as eventuais ilegalidades do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, *verbis*:

"(...) EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO EXTINTA (CPMI DOS BINGOS). PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO. 1. Na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é de se julgar prejudicada ação de mandado de segurança quando, impetrada contra ato de Comissão Parlamentar de Inquérito, esta vier a se extinguir, em decorrência da conclusão de seus trabalhos investigatórios. Ausência, no caso, de autoridade coatora para figurar no pólo

HC 95.277 / MS

passivo da ação. Precedentes: MS 23.852, MS 24.183, MS 24.103, MS 24.019 e MS 26.024-AgR. 2. É irrelevante o fato de o mandado de segurança impugnar suposta ilegalidade do relatório final, e não de atos investigatórios praticados pela CPI. Tal circunstância, ao contrário, reforça a inviabilidade desta ação, dado que voltada à antecipação de um pronunciamento judiciário que apenas se dará se e quando ajuizada a concernente ação penal. 3. Agravo regimental desprovido (...)" (Rel. Min. Carlos Britto, DJ 22.2.2008, grifos nossos).

5. Ademais, da versão de fato firmada nos autos, é possível concluir não ter havido ilegalidade ou abuso de poder no ato questionado, que, conforme asseverou a Procuradoria-Geral da República em seu parecer,¹ alinha-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Nas circunstâncias do caso, entendo que, ao decidir "(...) RESPONSABILIZAR (...) [os Pacientes], (...) encaminhando-os para o Ministério Público e para as Corregedorias competentes, a fim de que promovam a RESPONSABILIZAÇÃO civil, criminal e administrativa (...)", assim como qualificar as condutas imputáveis aos Pacientes, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário² não d

¹ Este o teor do parecer:

"(...) 12. No capítulo destinado à responsabilização pessoal, o relatório final da CPI do Sistema Carcerário limitou-se a arrolar os nomes de diversas autoridades e agentes públicos estaduais e determinou que fossem encaminhados ao Ministério Público e à Corregedoria competentes, a fim de que estes órgãos promovessem a responsabilização cível, criminal e administrativa, se assim entendessem necessário.

13. Nesse caso, a mera indicação de dispositivos do Código Penal constitui prerrogativa da Comissão Parlamentar de Inquérito, segundo o art. 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e não tem o condão de indiciar ou imputar a prática de crimes aos Pacientes.

14. Desse modo, os termos do relatório final estão de acordo com o que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos autos do Habeas Corpus nº 95.259, isto é, ainda que constatada pela CPI a possível prática de ilícito penal por parte de agente público dotado de prerrogativa de foro, poderá aquela, tão-somente, encaminhar os respectivos autos aos órgãos competentes, sendo-lhe vedado o ato formal de indiciamento, que consiste na identificação e apuração da vida pregressa do indiciado.

15. Ante o exposto, o Ministério Público Federal manifesta-se pelo não-conhecimento do presente habeas corpus e, no mérito, pela denegação da ordem (...)" (fls. 58-60).

² Tem-se, no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário, verbis:

HC 95.277 / MS

ultrapassou os limites das atribuições estabelecidas no art. 58 da Constituição da República³ e no art. 37 do Regimento Interno da Câmara dos

"(...)6 - RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL

Esta CPI, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, decide RESPONSABILIZAR, nos autos deste Inquérito Parlamentar, as autoridades e pessoas abaixo mencionadas, encaminhando-os para o Ministério Público e para as Corregedorias competentes, a fim de que promovam a RESPONSABILIZAÇÃO civil, criminal e administrativa de todos, pelos motivos expostos e devidamente sumariados:

(...)

MATO GROSSO DO SUL:

Ao Ministério Público do Mato Grosso do Sul:

(...)

5) LUCIANA MOREIRA SCHENK; Promotora de Justiça, por não fazer cessar o tratamento subumano dispensado aos presos da Colônia Penal Agrícola:

'Art. 132: Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente. Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constituir crime mais grave.'

'Art. 136: Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina. Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa.'

'Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente. Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.'

6) ANTONIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS, Promotor de Justiça, por não fazer cessar o tratamento subumano dispensado aos presos da Colônia Penal Agrícola:

'Art. 132: Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente. Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constituir crime mais grave.'

'Art. 136. Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina. Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa.'

'Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente. Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa (...)'
(www.camara.gov.br).

³ Art. 58 da Constituição da República:

"Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º - Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

HC 95.277 / MS

Deputados⁴, que, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, vedam o indiciamento - ou seja, "o ato de registrar e formalizar o reconhecimento da existência de indícios" (Pet 3.825-QQ, Redator para o acórdão o Ministro Gilmar Mendes, DJ 4.4.2008) - das autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função.

6. Pelo exposto, **encaminho a votação no sentido de não se conhecer da presente impetração.**

É o meu voto *du*

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º - Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária."

⁴ Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

"Art. 37. Ao termo dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no Diário da Câmara dos Deputados e encaminhado:

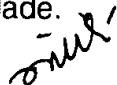
(...)

II - ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, com a cópia da documentação, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais (...)" *du*

19/12/2008**TRIBUNAL PLENO****HABEAS CORPUS 95.277-1 MATO GROSSO DO SUL****VOTO****O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:**

Senhor Presidente, eu também não conheço da ordem, conforme a Ministra **Carmem Lúcia** pôs corretamente aqui. Já está extinta a CPI, não existe mais autoridade coatora.

Se vencido, evidentemente, eu também indefiro a ordem por ausência de ilegalidade.



19/12/2008

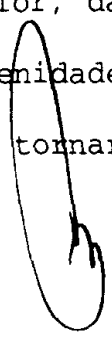
TRIBUNAL PLENO

HABEAS CORPUS 95.277-1 MATO GROSSO DO SUL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, percebo o objeto desta impetração. É ato de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, a CPI do Sistema Carcerário, da Câmara dos Deputados, que implicou o levantamento de dados, no campo investigatório, quanto a integrantes do Ministério Público. O pano de fundo, a causa de pedir da impetração é revelada por premissa, que a meu ver não prevalece, segundo a qual, envolvida a prerrogativa de foro - prerrogativa de foro vista de forma linear, inclusive quanto a processo de cunho investigatório -, não há campo para atuação de CPI.

A prevalecer essa premissa, o que teremos? A insubsistência do que encaminhado ao Ministério Público para que este atue como entender de direito, propondo ou não a ação penal, aprofundando-se, se for o caso, as investigações, considerados os promotores envolvidos.

Indago: pela simples circunstância de já haver sido formalizado o relatório final da CPI, tem-se o prejuízo da impetração a ponto de assentar-se o não-conhecimento do tema de fundo deste processo? A meu ver, não. A meu ver, prevalece o interesse dos pacientes, numa definição por este Colegiado maior, da espécie, já que, assentado ser a prerrogativa um *bill* de indenidade quanto à atuação da CPI, conceder-se-á a ordem para tornar




HC 95.277 / MS

insubsistente o relatório efetuado pelo Órgão e que sinaliza o envolvimento dos pacientes, e não a responsabilidade, como consta de uma peça do processo, em episódios enquadráveis penalmente.

Por isso, peço vênia para, no primeiro passo, conhecer da impetração. E, no segundo, apontar que não se tem blindagem com a prerrogativa de foro considerada a atuação de CPI. Vejo, com reservas, o instituto da prerrogativa de foro. Portanto, tomo-a não de forma abrangente, não potencializando o que previsto, mas de forma estrita. Diz respeito a julgamento, ou seja, não obstaculiza a atuação de CPI. A própria Constituição Federal tempera o instituto da prerrogativa ao revelar que a CPI tem poderes investigatórios próprios, sem definir o patamar, ao Judiciário.

Conheço da impetração e indefiro a ordem, sem deixar de ressaltar o papel relevante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e outro, no que, principalmente a associação, busca a prevalência das prerrogativas dos integrantes do Ministério Público, mas aqui não há a prerrogativa empolgada. É como voto.



*Supremo Tribunal Federal***PLENÁRIO****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 95.277-1**

PROCED.: MATO GROSSO DO SUL

RELATORA : MIN. CÂRMEN LÚCIA

PACTE.(S): LUCIANA MOREIRA SCHENK

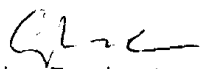
PACTE.(S): ANTONIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS

IMPTE.(S): CONAMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO E OUTRO(A/S)COATOR(A/S)(ES): COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS - CPI DO SISTEMA CARCERÁRIO

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu do pedido, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que dele conhecia e o indeferia. Não votaram os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Eros Grau por não terem assistido ao relatório. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Senhor Ministro Cezar Peluso. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 19.12.2008.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cármen Lúcia e Menezes Direito.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr.
Roberto Monteiro Gurgel Santos.


Luiz Tomimatsu
Secretário